

EDUCAÇÃO

Professores dão aulas “muito condicionados” por exames e notas

Estudo da Gulbenkian mostra que tipo de avaliação se privilegia em Portugal e como é lá fora

ISABEL LEIRIA

Mais do que testes e exames, a legislação determina que a principal modalidade de avaliação dos alunos é a formativa, ou seja, aquela que permite ir recolhendo elementos sobre o que cada criança e jovem está a aprender e perceber assim o que já foi alcançado e o que há a melhorar. Mas, na prática, e olhando para o que relatam os professores, é a avaliação sumativa — os testes e as notas que deles resultam — aquela a que “gestores escolares, docentes, alunos e pais dão mais importância”. Mesmo quando há um reconhecimento de que esta última “serve apenas para a classificação dos estudantes” e que é a avaliação formativa que “potencia o desenvolvimento das aprendizagens”.

A conclusão consta do estudo “Avaliação das Aprendizagens em Instituições Educativas”, pedido pela Fundação Calouste Gulbenkian ao ex-ministro da Educação Júlio Pedrosa, e que vai ser apresentado na segunda-feira. A investigação faz o ponto de situação das práticas de avaliação, entre os três e os 18 anos, em Portugal e em vários países — de Singapura aos Estados Unidos, da

O que conta no final são as notas dos alunos nos exames e a imagem que essas classificações passam sobre a escola para o exterior, lamentam alguns professores



Em Portugal, os exames nacionais realizam-se no final do 9º ano e no secundário FOTO MARCOS BORGES

FRASES

“Quando falamos de avaliação, as pessoas automaticamente associam a esta palavra notas e classificações”

“Perante uma turma que tem alunos muito diferentes, temos de trabalhar com eles, de forma a que cada um faça o seu caminho e chegue o mais alto que conseguir”

Júlio Pedrosa
Coordenador do estudo “Avaliação das Aprendizagens em Instituições Educativas”

que permitem definir planos de trabalho para uma melhor progressão de cada criança jovem —, é uma boa articulação entre ambos que tem de ser conseguida, defende Júlio Pedrosa. A tarefa é complexa, exige tempo para os professores, formação e até uma mudança de mentalidade. Mas é fundamental, entendendo a “diversidade de alunos” na sala de aula.

Definir uma referência média ou uma bitola comum a todos não faz sentido, argumenta. Nem tão-pouco se trata de nivelar por baixo. É precisamente o contrário. Perante uma turma que tem alunos muito diferentes, podemos trabalhar com eles de forma a que cada um faça o seu caminho e chegue o mais alto que conseguir. E para isso é preciso que a avaliação seja mais do que a atribuição de uma nota e sirva de facto para “promover melhorias nas aprendizagens”.

O que implica também, reconhece Pedrosa, “tempo, autonomia e liberdade” para os professores conseguirem trabalhar dessa forma. Pegar em cada criança ou jovem e usar a avaliação para perceber onde está cada um e as melhores estratégias de ensino e aprendizagem é muito mais exigente do que dar a matéria explicando testes por período para saber com que classificação se chega ao fim do ano letivo e se se passa ou se chumba. A tentação é visível inclusivamente na educação pré-escolar, onde se assiste “muitas vezes ao uso de checklists estandardizadas que apoiam classificações, quando a

avaliação neste período deve ter uma orientação eminentemente formativa”, assinalam os autores do estudo.

Os investigadores também quiseram perceber o que levava os professores a privilegiarem a avaliação sumativa ou a sentirem-se condicionados nesse sentido. A elaboração de rankings produzidos com base nos resultados dos alunos nos exames nacionais foi uma das respostas dadas. Mas também as provas de aferição, que não contam para a nota, embora sejam frequentemente vistas como “exames”. E ainda o envelhecimento do corpo docente, “com o cansaço e a resistência à mudança que o mesmo pode potenciar”.

Outra discussão que devia deixar de existir em Portugal é a dicotomia política no que respeita ao tema da avaliação. Isto se sabe que se no Ministério da Educação manda um Governo de esquerda, a tendência será retirar importância às provas de avaliação externa se for de direita, carrega nos exames. Foi o que aconteceu nos últimos anos, com as provas nacionais mudarem de figura constante o resultado eleitoral.

O que o estudo que vai ser apresentado sustenta é que é preciso conhecer experiências que possam servir de exemplo, usar a melhor evidência científica, definir objetivos e um plano para lá chegar, alinhando todos os envolvidos nesse esforço. “A educação não pode ter orientações novas a cada quatro anos”, critica Júlio Pedrosa.

isilisa@expressoimpresa.pt

O FUTURO DO FUTURO

O destino de uma epidemia

Os sistemas de monitorização de surtos e picos de epidemias prometem dar o salto para a gestão hospitalar preditiva

Antes de irem ao médico, as pessoas vão ao Google, e esse hábito também tem vantagens. “Com os números do Google temos a possibilidade de ver as pesquisas (sobre doenças) a aumentarem antes do número de urgências subir nos hospitais”, explica Joana Gonçalves Sá, investigadora do Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas (LIP).

Joana começou a trabalhar com ferramentas que monitorizam a progressão de epidemias em 2013, no Instituto Gulbenkian de Ciéncia (IGC). O projeto estava focado na gripe e tinha como principais fontes de informação o Google e o SNS24. Já na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (Nova SBE), a investigadora coordenou o projeto Identifying and Predicting Emergency Admissions, financiado pela Fundação para a Ciéncia e Tecnologia (FCT), que tem em conta prescrições de receitas, relatos em redes sociais e tempos de espera nas urgências.

“Precisamos de um IPMA para a saúde”, sublinha, numa comparação com as previsões do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). Do projeto da Nova SBE haveria de sair um conjunto de sugestões de entidades públicas, mas as maleitas identificadas remeteriam para a falta de coordenação que facilita a criação de um sistema nervoso eletrônico, que usa modelos que descrevem cenários geográficos atualizados ou preveem surtos e picos de epidemias. “Se disser que o surto da gripe começa dentro de um mês, quem é que me vai ouvir?”, alerta.

Depois do IGC, a investigadora estendeu o projeto para um novo capítulo ao integrar o LIP. Joana Gonçalves Sá reitera a disponibilidade para trabalhar com entidades como o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) ou os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, que poderão ter interesse em ferramentas que detetam o início de surtos e estimam a chegada dos picos, que geralmente demoram quatro a seis semanas nas doenças infetoras respiratórias. “São dados muito úteis para a gestão de recursos hospitalares”, informa.

As doenças respiratórias mantêm o foco, mas Joana Gonçalves Sá admite que o conceito de “IPMA da saúde” também possa ser útil em doenças cardiovasculares, diabetes ou cancro.

Os dados de relógios inteligentes poderiam refinar estimativas, mas o LIP prefere manter a prudência para não pôr em causa a anonimização. Também foi devido ao fator humano que a aplicação StayAway Covid ficou aquém do esperado na pandemia. “A StayAway Covid falhou devido à geração de códigos (por profissionais) no Serviço Nacional de Saúde para confirmação das infecções. Quando há intervenção humana, surgem estas questões”, lembra Rui Oliveira, investigador do INESC TEC e coordenador da aplicação StayAway Covid. Mais prognósticos virão entre tanto.

HUGO SÉNECA

sociadade@expressoimpresa.pt